

MAPEAMENTO DAS ESCOLAS PARA O PÚBLICO SURDO NO MUNICÍPIO DE ANANINDEUA-PA

Maria Sarah Sarmiento Porto ¹
ChristianneThatiana Ramos de Souza ²

RESUMO

Esse estudo teve como objetivo geral investigar como está organizada a educação de surdos no município de Ananindeua. Especificamente, buscou mapear as instituições municipais de ensino que atendem o público surdo, verificar como acontece a matrícula desses estudantes e conhecer como ocorre o Atendimento Educacional Especializado oferecido aos estudantes surdos. A questão central desse trabalho é: como ocorre a educação de surdos em Ananindeua? Para responder a essa questão foi realizada uma entrevista estruturada com a coordenadora do Grupo de Trabalho de Inclusão e Atendimento Educacional Especializado vinculada à Secretaria Municipal de Educação do município de Ananindeua. As informações foram coletadas por meio de um formulário digital e por entrevista com a participante. A análise dos dados demonstrou que na rede de ensino municipal de Ananindeua há oito estudantes surdos em oito instituições escolares diferentes que estavam com matrículas ativas no ano de 2021. Em relação à matrícula, o município oferece a primeira matrícula nas classes comuns e a segunda matrícula acontece nas escolas que possuem sala de recurso multifuncional. Concluiu-se que, no município de Ananindeua a educação de surdos acontece por meio de ações estruturadas de acordo com a proposta de inclusão escolar em classes comuns e do acompanhamento em salas de recursos, nas quais estão situados os profissionais que oferecem apoio para esse público seguindo os princípios do Bilinguismo. Dessa maneira, espera-se, com essa pesquisa a colaboração nos estudos em relação com a temática de surdez, sobretudo com a cartografia em diferentes locais do estado.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão Escolar. Educação de Surdos. Bilinguismo.

INTRODUÇÃO

Historicamente a comunidade surda foi tratada de diferentes formas pela sociedade, desde a segregação total até o movimento de inclusão, vivenciado atualmente, este grupo tem lutado pelo reconhecimento da língua de sinais e da cultura surda como características identitárias. O movimento inclusivo colaborou para grandes mudanças, embora ainda seja

¹Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Pará- UFPA, portosarah9@gmail.com.

²Doutora pelo Curso de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos - SP, ctrsouza@ufpa.br.

muito desafiador falar sobre inclusão escolar do estudante surdo. Com isso percebe-se que para esse fato acontecer foi e é preciso muita luta encampada pela comunidade surda. Sabe-se que há muitos desafios para garantir os direitos educacionais e linguísticos desses sujeitos na sociedade, pois ainda há inúmeros desafios e barreiras a serem superadas, como o uso da língua de sinais na escola e na sociedade como língua de comunicação e instrução dos surdos. Desse modo, para que a escola seja bilíngue é preciso que a Língua Brasileira de Sinais (Libras) esteja presente na escola estruturando o trabalho pedagógico e comunicacional com o intuito de que esse estudante surdo seja incluído de fato no ambiente escolar.

Nesta perspectiva, Silva e Cunha (2021) comentam que o ensino da Libras tem sido trabalhado por muitas instituições e trazendo visibilidade às pautas desse público-alvo, devagar a educação vai se tornando mais democrática. Assim, foram analisadas as informações sobre a educação de surdos no Brasil, no Pará e no município de Ananindeua. A questão norteadora deste estudo foi: como está a educação de surdos no município de Ananindeua?

Diante disso, foram levantadas as seguintes questões: como ocorre a educação de surdos em Ananindeua? Quantos alunos surdos estão matriculados no município? Em quais escolas o público surdo se encontra? O objetivo geral da pesquisa foi investigar o modo como está organizada a educação de surdos no município de Ananindeua. Os objetivos específicos foram: mapear as instituições públicas escolares localizadas no município de Ananindeua que possuem estudantes surdos matriculados; verificar como ocorre o processo de matrículas dos estudantes surdos nas escolas e quantos estudantes surdos estão efetivamente matriculados e conhecer como ocorre o Atendimento Educacional Especializado.

Durante o trabalho foram coletadas informações por meio de uma entrevista presencial na Secretaria Municipal de Educação (SEMED) em Ananindeua, foi necessário comparecer no local, pois durante a coleta dos dados foi observado que site da SEMED não havia informações suficientes para nos comunicar com a pessoa responsável pela educação especial no município, não havia email e as ligações pelo telefone disponibilizado não eram atendidas, além de não ser disponibilizado o Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas onde os estudantes surdos se encontram para conhecer mais sobre a educação municipal para esses sujeitos e em relação às informações da estrutura da educação dos surdos foram obtidas por intermédio de um formulário elaborado pelo Google forms respondido pela participante. Com esse trabalho almeja-se contribuir para a temática da cartografia da educação de surdos na Região Metropolitana de Belém. Durante estudo foi realizada uma discussão sobre a Educação Bilíngue

para surdos no Brasil, na qual é feita uma apreciação sobre os marcos na educação de surdos desde as antigas modalidades de ensino em que se baseava e as leis que foram importantes para dar maior visibilidade à comunidade surda. Em seguida, sobre a Educação Bilíngue no Pará, foram mostradas pesquisas relacionadas ao tema e, a partir destas, foi mostrado como estava a educação desses indivíduos. Na Metodologia da Pesquisa foi tratado da caracterização teórico-metodológico, participantes, procedimento de coleta e de análise. Posteriormente, há os resultados onde foi feita a análise e discussão conduzindo para o propósito da pesquisa, se ele foi efetivado ou não. Por fim, nas considerações finais foram apresentadas as principais sínteses pautadas nos resultados obtidos.

EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS NO BRASIL

Segundo Oliveira (2021) o oralismo³ e a comunicação total⁴ foram as modalidades que fundamentaram a educação de surdos desde o fim do século XIX. Houve um período em que o ensino da oralidade foi definido como o principal objetivo para a educação desses sujeitos. Um grande marco sobre a educação dessa comunidade foi o Congresso de Milão em 1880⁵ que foi onde a língua falada prevaleceu e a língua de sinais foi tida como inferior e que “atrapalhava” o aprendizado da fala oral das crianças ouvintes (ZANINI, 2018). Todavia, o método oralista foi um fracasso e com o passar do tempo a língua de sinais foi tida como fundamental. Sendo assim, o Bilinguismo que é a terceira proposta teórico metodológica, cujo objetivo é garantir a língua de sinais (L1) como língua de instrução na educação de pessoas surdas e por meio da mesma ensinar a linguagem escrita usada pela comunidade ouvinte (no caso do Brasil a Língua Portuguesa) como segunda modalidade (L2) (OLIVEIRA, 2021). Assim, o Bilinguismo foi visto como um método que valoriza a língua de sinais (L1) para a educação de surdos diferente da comunicação total, para o qual as línguas oral e sinalizada estavam juntas, porém esta última era desvalorizada.

³ Para o Oralismo, a surdez é uma deficiência que precisa minimizada, a partir disso o surdo deve viver e ser igual ao ouvinte. (LOPES, 2016).

⁴ A Comunicação Total tem como ideia que o surdo terá uma boa comunicação seja através da fala, sinais ou escrita, porém a língua de sinais ainda não é relevante nesse método. (LOPES, 2016).

⁵ O Congresso de Milão que ocorreu entre 6 e 11 de setembro de 1880, na Itália, foi a primeira conferência internacional de educadores de surdos, sendo que nesse grupo de pessoas era a maioria ouvinte. Durante essa época acreditava-se que a língua falada era superior à língua de sinais e considerando a mesma um retrocesso na educação de surdos. (CEZAR; ALMEIDA, 2017).

É indubitável que o Bilinguismo favorece e auxilia o desenvolvimento da pessoa surda. Segundo os estudos de Vygotsky (apud Kubaski e Moraes, 2009) a linguagem possui uma função fundamental na formação dos processos mentais e a língua além de ser um modo de comunicação tem um dever regulador de pensamento. Com isso, vê-se que a surdez impede que o indivíduo se desenvolva pela linguagem verbal, contudo o desenvolvimento por processos não verbais pode ser estimulado e pode acontecer normalmente.

Além disso, Kubaski e Moraes (2009) comentam que o Bilinguismo permite uma relação positiva entre o sujeito surdo com a comunidade ouvinte, pois possibilita ao sujeito surdo fazer uso das duas línguas, a língua de sinais e a língua escrita o que cria condições para sua integração no meio social. Assim, percebe-se o quanto a educação que priorize o bilinguismo não só no processo de ensino-aprendizagem como também um meio de inclusão social do surdo.

No Brasil, houve a oficialização da Língua Brasileira de Sinais que foi reconhecida como a Língua Oficial da Pessoa Surda através da Lei nº 10.436 de 2002, que conferiu apoio da difusão dessa língua como meio de comunicação visto nos Art. 1º e Art. 2º:

Art. 1º: É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e outros recursos de expressão a ela associados. *Parágrafo único.* Entende-se como Língua Brasileira de Sinais (Libras) a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Art. 2º: Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais-Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil. (BRASIL, ART. 1º e 2º, 2002).

Nota-se que esta lei reconhece a Libras como meio de comunicação e estimula sua difusão. Já o Decreto nº 5.626 de 2005 considera a pessoa surda aquela que compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras (BRASIL, 2005). No Art. 8º comenta sobre o exame de proficiência onde é avaliada a fluência no uso, o conhecimento e a competência para o ensino dessa língua que certifica esses profissionais (BRASIL, 2005). Com isso observa-se o compromisso de ter profissionais capacitados e aptos para exercer essa função.

Em 2021, a Lei nº 14.191, de 3 de agosto modificou a LDB 9.394/1996 e reconheceu a Educação Bilíngue como modalidade educacional de surdos. No capítulo V-A, no Art. 60-A afirma que:

Entende-se por educação bilíngue de surdos, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida em Língua Brasileira de Sinais (Libras), como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua, em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos, para educandos surdos, surdos-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, optantes pela modalidade de educação bilíngue de surdos.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio educacional especializado, como o atendimento educacional especializado bilíngue, para atender às especificidades linguísticas dos estudantes surdos.

§ 2º A oferta de educação bilíngue de surdos terá início ao zero ano, na educação infantil, e se estenderá ao longo da vida. (BRASIL, ART. 60-A, 2021)

Nesta perspectiva, de acordo com Santos (2013):

As instituições se esforçam na medida que podem, utilizando como instrumentos primordiais (no caso do aluno surdo) um Planejamento Educacional Individualizado (PEI) para o público-alvo da educação especial (PAEE), garantindo o direito a educação efetiva em sua língua materna, no caso dos surdos; a presença de um intérprete de libras em sala de aula; a disponibilidade da participação no Atendimento Educacional Especializado (AEE) no contra turno; a disponibilização de curso e/ou formação continuada de todos os agentes ativos da instituição escolar, com a intencionalidade de promover contato com a realidade do aluno surdo, gerando mediação através dos sinais, etc.(SANTOS, 2013, p. 9 apud OLIVEIRA, 2021, p. 18)

Com isso é constatado que as instituições de ensino ou outros ambientes devem atender às necessidades dos estudantes com surdez, pois seu direito é garantido por lei em relação a recursos ou metodologia, além do uso da sua primeira língua, a Libras, e da língua portuguesa na modalidade escrita como segunda língua. Deste modo, é possível criar ambientes escolares que podem favorecer o desenvolvimento e aprendizagem do sujeito surdo.

EDUCAÇÃO DE SURDOS NO PARÁ:

Para falar sobre educação de surdos no Pará foi realizada uma pesquisa bibliográfica por meio da qual foram coletados artigos, uma monografia, um relatório científico e dissertações que tratam sobre o referido tema e foram encontrados poucos trabalhos que foi possível selecionar sobre o referido tema. Esta busca foi realizada nas plataformas Scielo, biblioteca virtual da Universidade Estadual do Pará e biblioteca virtual da Universidade Federal do Pará a partir das seguintes palavras-chave: cartografia das escolas para surdos no Pará, educação de surdos no Pará e educação de surdos em Belém. Foram encontrados 13 textos sobre a temática, 4 foram selecionados e 9 foram excluídos. Os textos selecionados foram: SILVA E CUNHA (2021), ALVES et al (2019), OLIVEIRA (2021) e OLIVEIRA (2022) e os 9 que foram excluídos falavam sobre a educação de surdos em outros modos como acesso de alunos surdos às aulas de história, formação docente, mediação da leitura em Libras para crianças surdas, um

projeto pedagógico do curso de letras Libras, educação em matemática e educação de surdos, atendimento especializado de crianças surdas e cegas nas escolas José Álvares de Azevedo e Astério de Campos em Belém e por fim surdos bilíngues bimodais. Os trabalhos selecionados desenvolveram análises sobre a educação de surdos na região metropolitana de Belém e quais as metodologias utilizadas. Além dos textos, também foi selecionado um Trabalho de Conclusão de Curso (OLIVEIRA, 2021) e um Relatório de Pesquisa (OLIVEIRA, 2022).

Segundo Alves et al. (2019), o total de matrículas dos alunos surdos em Belém e em outros municípios foi de 6.081 no período de 2008 a 2017, sendo Belém o município no qual mais houve crescimento de matrículas, seguido de Ananindeua. Essa pesquisa tinha como objetivo mapear o quadro de alunos surdos e com deficiência auditiva matriculados em escolas públicas do ensino básico e para isso foi utilizado dados da Secretaria de Educação do Estado. Em relação à faixa etária dos alunos matriculados no Pará, notou-se um número considerável de alunos com 21 a 25 anos (totalizando 3.088 discentes) e de 15 a 20 anos (totalizando 2524). Nas considerações finais, observou-se a constante crescente ao longo da década, principalmente dos jovens presentes na Educação Fundamental II e Ensino Médio. Contudo, mesmo que esse número seja considerado satisfatório, sabe-se que não abrange totalmente a quantidade de surdos e deficientes auditivos presentes no estado. Por essa razão, o Poder Público precisa de ações para solucionar a exclusão desses alunos e, assim, cumprir com a legislação.

Silva e Cunha (2021) comentam que a inserção da Libras como disciplina obrigatória no currículo das escolas municipais de Castanhal indica um avanço em relação à garantia de inclusão de pessoas surdas no ensino regular. A história da educação especial em Castanhal-PA começa quando o Secretário de Educação criou a Equipe Sócio Psicopedagógica (ESPP). Essa equipe tinha que dar apoio especializado aos alunos com alguma necessidade especial, matriculados nas escolas da rede municipal, além de oferecer a formação relacionada à área da educação especial aos professores e aos funcionários das escolas. A partir disso, a equipe percebeu as dificuldades na aprendizagem dos estudantes e, principalmente dos surdos que tinham problemas em sua comunicação, inclusive em Libras. Por conseguinte, a ESPP viabilizou de cursos para formar profissionais qualificados no ensino de Libras. Por fim, no documento do projeto “Libras em Castanhal”, é afirmado que, desde 2003, a Secretaria de Educação oferece capacitação para os professores em relação à Libras.

O trabalho de Linhares et. al. (apud Oliveira, 2021) foi sobre o “Atendimento Educacional Especializado em educação de surdos na cidade de Belém-PA” com ênfase para a

Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) e a Coordenação de Educação Especial (COEES), sendo que ambas tratam das questões de políticas públicas voltadas para esse Público Alvo da Educação Especial (PAEE), além de terem parceria com órgãos e instituições que tenham a participação de profissionais capacitados com metodologias adaptadas e a assistência para o público com surdez, exemplo disso é Instituto Felipe Smaldone⁶ e o Centro de Atendimento ao Surdo – CAS⁷. O objetivo da pesquisa foi atender às demandas dos alunos surdos matriculados na escola comum, mas optaram em fazer o AEE nesta Unidade Especializada. Os principais resultados mostraram uma aproximação maior das escolas comuns com a vontade de obter conhecimentos necessários para incluir o aluno com surdez, seja desde a capacitação até metodologias para adaptação curricular. Houve também um maior desempenho na 1ª avaliação da escola comum logo após os estudantes matriculados participarem do AEE, o que aumentou a participação dos estudantes.

Em síntese, os estudos apresentados analisaram a perspectiva da educação de surdos e com isso percebe-se que há poucos estudos sobre o assunto, além dos que ainda não foram publicados, que seja abrangente com todas as instituições, assim como a quantificação dos alunos surdos. Dessa maneira, espera-se, com essa pesquisa a colaboração nos estudos em relação com a temática de surdez, sobretudo com a cartografia em diferentes locais do estado.

METODOLOGIA

Esse estudo é caracterizado como uma pesquisa qualitativa, pois segundo Minayo (2001):

[...] se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2001, p. 21-22)

Já em relação ao método qualitativo foi um estudo de caso que de acordo Patton (2002 apud FREITAS e JABBOUR, 2011, p. 10) “o propósito de um estudo de caso é reunir informações detalhadas e sistemáticas sobre um fenômeno.”

⁶ O Instituto Felipe Smaldone busca desenvolver aprendizagens e comunicações que contribuam para o desenvolvimento integral da criança surda e a oportunidade de acesso à inclusão em sociedade localizada Travessa 14 de março, 854, Bairro Umarizal, 66.055-490, Belém - Pará

⁷ CAS - Centro de Apoio ao Surdo é uma empresa/instituição. Oferece cursos, cursos profissionalizantes e palestras na área de Libras (Língua Brasileira de Sinais) na modalidade presencial, oferecendo ensino gratuito. Saiba mais abaixo e entre em contato com CAS - Centro de Apoio ao Surdo localizado na Av. Alm. Barroso, 3107 - Marco, Belém - PA

O local da pesquisa foi a Secretaria Municipal de Educação de Ananindeua. Participou deste estudo a coordenadora do Grupo de Trabalho de Inclusão e Atendimento Educacional Especializado que tem formação em Psicologia e especialização em Educação Especial com ênfase em inclusão. A participante da pesquisa precisou concordar previamente a sua participação na pesquisa e assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Também foi feita uma entrevista presencial em fevereiro de 2022 onde foram coletados os dados sobre a quantidade de surdos e as escolas que se encontram, foi necessário porque não foi possível conseguir as informações por e-mail, visto que a secretaria não possui. No que se refere ao Projeto Político Pedagógico (PPP) não se obteve êxito para conseguir mais informações sobre as escolas a coordenadora comentou que era difícil conseguir. Estes dados foram do ano de 2021, pois as escolas municipais estavam em reforma, outras sendo inauguradas e ainda não havia ocorrido a matrícula do ano de 2022 quando houve essa entrevista. A conversa foi registrada em diário de campo.

Os dados sobre a estrutura da educação de surdos foram coletados por meio de um questionário, com perguntas elaboradas previamente e enviado por meio de um aplicativo de formulários virtuais (Google Forms). As questões estabelecidas foram:

- 1- Qual sua formação? Quanto tempo atua na educação especial? Há quanto tempo está trabalhando na coordenação da educação especial do município de Ananindeua?
- 2- Como está estruturada a educação especial no município de Ananindeua? Como é o trabalho desenvolvido pela SEMED?
- 3- Como ocorre a matrícula dos estudantes PAEE nas escolas inclusivas? Como é ofertado o Atendimento Educacional Especializado para esses alunos?
- 4- Como é feita a avaliação e identificação dos estudantes PAEE?
- 5- Como conseguir os dados sobre as escolas que esses alunos estudam? (Como o Projeto Político Pedagógico, currículo, etc.)
- 6- Quais políticas públicas contemplam e amparam o aluno surdo na rede municipal de ensino?
- 7- Como é feita a matrícula dos alunos surdos na rede municipal de ensino?
- 8- Em relação à educação de surdos, existem intérpretes atuando nas escolas? Onde estes alunos estão matriculados? Como ocorre a contratação desses profissionais? Existem professores surdos contratados pela rede municipal para atender aos estudantes surdos nas escolas inclusivas?

- 9- Existe a oferta de cursos de Libras para os profissionais de educação que atuam com alunos surdos?
- 10- Qual a relação que as instituições têm com a família do estudante com surdez?

Nesta pesquisa, o foco investigativo foi conhecer como está ocorrendo a educação de surdos nas instituições escolares municipais de Ananindeua. De início, foram transcritas as informações da entrevista, depois disso foram organizadas as informações sobre as instituições escolares onde os alunos estavam matriculados, os dados sobre o procedimento da matrícula e o AEE. Por fim, os dados coletados foram cotejados com os documentos sobre legislação municipal em relação à educação especial, especificamente sobre a educação de alunos com surdez. Por essa razão, a análise foi organizada nos seguintes eixos:

1. Processo de matrícula e escolas onde estão matriculados os surdos no município de Ananindeua.
2. Tipo de atendimento educacional do público surdo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

1. PROCESSO DE MATRÍCULA E ESCOLAS ONDE ESTÃO MATRICULADOS OS SURDOS NO MUNICÍPIO DE ANANINDEUA

No que se refere ao ensino municipal a coordenadora do Grupo de Trabalho de Inclusão e Atendimento Educacional Especializado informou que havia oito surdos matriculados em todo município no ano de 2021 de um total de 86 escolas, além de que a educação especial é oferecida pelo Estado, mas tendo alunos com necessidades especiais eles são assistidos pelo município. A educação desse público alvo é feita com o auxílio do Atendimento Educacional Especializado (AEE), nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM).

Na tabela 1 pode-se observar o total de alunos que estavam com matrículas ativas no ano de 2021 nas escolas do município de Ananindeua.

Tabela1- Quantidade de alunos surdos no município de Ananindeua

Nome da Escola	Bairro das Escolas	Quantidade de Alunos
-----------------------	---------------------------	-----------------------------

EMEF Amélia Reis Freitas	Centro	01 aluno
EMEF Belo Saber Ananin	Águas Lindas	01 aluno
EMEF Cândida Santos de Souza	Distrito Industrial	01 aluno
EMEF Raul Vicente	Centro	01 aluno
EMEF Prof ^a Maria do Carmo Barbosa Monteiro	Coqueiro	01 aluno
EMEF Nova República	Una	01 aluno
EMEF Waldemar Mendes	Icuí Guajará	01 aluno
EMEF Senador Álvaro Adolfo	Guanabara	01 aluno

Fonte: SEMED

A tabela 1 representa o município de Ananindeua e seus diferentes bairros com as escolas onde estavam matriculados os 8 estudantes surdos. Não foi dada a informação da idade, sexo ou série em que o estudante surdo se encontra. Observa-se que em cada bairro e escola se encontram 01 aluno surdo somente. Também não houve informações se esses estudantes eram surdos ou deficientes auditivos e, por não saber a série que cursam, não há como saber se já tiveram contato com a língua de sinais e ou se já fazem uso dela. Além de não conseguir dados como sobre a relação das instituições de ensino com a família dos alunos com surdez. De acordo com a Lei nº 10.436 de 2002 no seu 1º artigo diz que a Libras é reconhecida como meio legal de comunicação e outros recursos de expressão associados a mesma (BRASIL, 2002). Mesmo com o amparo da lei nacional percebe-se que falta maior visibilidade para a educação desses sujeitos nessa região metropolitana de Belém.

Com base nisso, durante a pesquisa foi analisado estudos e entre eles foi sobre mapeamento de escolas para o público surdo de Belém-PA (OLIVEIRA, 2021) para comparar os dados da educação de surdos em Ananindeua. Nesse trabalho é falado sobre as escolas municipais de Belém e como está estruturada a educação desses indivíduos. Oliveira (2021) afirma que:

No que tange ao ensino municipal, a coordenadora do CRIE explicou que a educação de alunos surdos está estruturada com o auxílio no Centro de Referência e Inclusão (CRIE) e está dividido por equipes compostas por núcleos educativos, programas, projetos e as Salas de Recursos Multifuncionais (SRM). Todos esses grupos ajudam a potencializar e auxiliar o Atendimento Educacional Especializado, ofertado para os alunos público-alvo da educação especial do Município de Belém. (OLIVEIRA, 2021, p. 27)

Percebe-se que diferente do ensino municipal de Ananindeua desse público-alvo que é feito pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE), nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), nas escolas municipais de Belém há auxílio do Centro de Referência e Inclusão (CRIE) junto com núcleos educativos para maximizar o trabalho do AEE. Nesse mesmo estudo foi mostrado que no município de Belém há 8 distritos educacionais com a quantificação de 51 alunos surdos matriculados no ano de 2019. (OLIVEIRA, 2021).

Em relação à matrícula nas escolas municipais de Belém ocorre da seguinte maneira:

Da mesma forma, afirma que a matrícula dos alunos com surdez acontece de duas formas: a primeira ocorre se o aluno já for da rede municipal, ele já tem sua matrícula confirmada para o próximo ano letivo; e o segundo, caso o aluno não faça parte do CRIE, deve aguardar o calendário específico para efetivar a matrícula [...]. As escolas municipais estão distribuídas por distritos que agrupam vários bairros onde estão situadas as instituições educacionais. (OLIVEIRA, 2021, p. 27)

Em Ananindeua foi informado pela coordenadora que o município oferece a primeira matrícula e a segunda é opcional nas escolas oferecidas pelo estado. Em Belém, como pode-se notar que se o aluno já possuir matrícula na rede municipal ela já é garantida para o próximo ano letivo, porém se ele não fizer parte do CRIE deve aguardar o período no calendário para realizar a matrícula.

Já em relação à distribuição de alunos das escolas municipais de Ananindeua foi 1 aluno por escola e em Belém a distribuição dos mesmos nas escolas municipais foi feita dessa forma: 6 alunos no Distrito de Belém, 2 alunos no Distrito da Sacramenta, 2 alunos no Distrito do Outeiro, 11 alunos no Distrito de Icoaraci, 4 alunos no Distrito de Mosqueiro, 7 alunos no Distrito do Entroncamento, 12 alunos no distrito do Guamá e 7 alunos no Distrito do Benguí (OLIVEIRA, 2021).

Além da pesquisa das escolas municipais para o público surdo no município de Belém-PA, também foi obtido um estudo sobre mapeamento das escolas para esse mesmo público no município de Benevides-PA, além de como está a educação deles. Foi visto que na Rede Municipal de Ensino de Benevides o Assistente Técnico Educacional (ATE) é o profissional responsável por acompanhar o Público Alvo da Educação Especial (PAEE) o mesmo é:

[...] um profissional da área da educação (sendo esses dentro das características: alunos em processo de finalização do curso de graduação em alguma Licenciatura, Licenciados, Pós-Graduados) e atua como mediador no processo de aprendizagem dos alunos PAEE, com a intencionalidade de acompanhar nas atividades escolares, propondo todo e qualquer tipo de recurso e currículo adaptado para esse público[...].

O ATE participa ativamente da inserção pedagógica dentro do ambiente de sala de aula dos alunos PAEE, mediando atividades, propondo mudanças curriculares que possam ser compreensíveis para o aluno mediante a temática explorada com a turma, facilitando o acesso por meio do lúdico a partir de jogos pedagógicos, atividades, etc.[...].(OLIVEIRA, 2022, p. 13)

É importante ressaltar que esse profissional está presente somente nas escolas municipais de Benevides-PA com desprovimento da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), já nas escolas estaduais, essa sala está ativa e o acompanhamento dos alunos especiais não (OLIVEIRA, 2022). No que se refere à quantidade de alunos surdos matriculados no ano de 2022 nesse município o resultado foi três alunos surdos em três escolas diferentes (OLIVEIRA, 2022).

Posteriormente, a matrícula acontece nesse sentido:

[...] caso a escola perceba algum traço de dificuldade, transtorno ou deficiência, a escola encaminha um ofício para a Secretaria Municipal de Educação (SEMED), e eles fazem o atendimento a família, tentando compreender desde quando aquele traço está presente, se a própria família já percebeu, etc. A Psicóloga e a Assistente Social ficam com os pais, enquanto a Neuropsicopedagoga fica responsável com os alunos e as crianças são levadas a avaliação na SEMED: após esse momento, as profissionais fazem o cruzamento de informações obtidas com os indivíduos, caso verifiquem que há alguma dificuldade, elas encaminham para o posto de saúde um relatório tanto dos multiprofissionais da SEMED quanto da própria escola em que o aluno está matriculado, com intenção de receber o acompanhamento com um clínico geral, fazendo esse olhar e encaminhando para os demais profissionais (psicólogos, terapeutas, psicopedagogos, etc.). (OLIVEIRA, 2022, p. 15)

De acordo com os resultados, viu-se que apenas uma das três escolas havia a presença de Intérprete e Tradutores na Língua de Sinais (ITLS), além de que apenas os alunos surdos com laudo médico recebiam acompanhamento das atividades escolares com os Assistentes Técnicos Escolares (ATEs) como também havia ausência de um espaço para realizar o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e com isso a educação deles fica prejudicada, levando em conta que há pouco uso da Libras com outros surdos o que gera a exclusão desses indivíduos (OLIVEIRA, 2022).

Em suma, nota-se que em cada município analisado nesse trabalho referente ao estado do Pará a educação de surdos apresenta particularidades, isto é, em cada lugar funciona de um modo mesmo que haja leis para serem seguidas, porém sabe-se que há falta de recursos ou infraestrutura nas escolas. Além disso, o reconhecimento da Língua de Sinais foi um fator importante para a construção de novos conhecimentos para os surdos, considerando os aspectos linguísticos, históricos e sociais deles (ALMEIDA, 2013). Todavia sabe-se que há grandes desafios para serem superados, como a pouca utilização da Libras. Assim, é indubitável que é

necessário averiguar novas práticas, discursos e fazeres pedagógicos que construa novos olhares, valores e conceitos que proporcionem crescimento pessoal, coletivo, profissional e humano (ALMEIDA, 2013).

2. TIPO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL DO PÚBLICO SURDO

De acordo com a entrevistada, o processo de matrícula ocorre por livre demanda, não sendo informado se há mais amparo para esses estudantes, visto que segunda matrícula acontece nas escolas que possuem Sala de Recurso Multifuncional. Já o acesso à educação de surdos ocorre com as professoras fazendo adaptações de acordo com as dificuldades que eles têm, como adaptação curricular e quem normalmente orienta esses alunos são as professoras do AEE que orientam a professora da sala regular para fazer as adaptações necessárias.

Sobre as políticas públicas que amparam os alunos com necessidades educacionais especiais, a legislação municipal diz que na Lei nº 3.296 de 08 de fevereiro de 2023, que alterou a Lei nº 2.153/2005, no Capítulo IV intitulado “Da organização da educação escola” na Seção II intitulada “Das responsabilidades do poder público municipal com a educação escolar” no Art. 5º:

As responsabilidades do Município com a educação escolar pública serão efetivadas mediante a garantia de:

[...] II - Atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino [...]
(ANANINDEUA, ART. 5, 2023)

Além disso, na Seção IV, do mesmo capítulo, que é “Da Educação Especial” no Art. 68 fala que “O atendimento educacional especializado é uma forma de garantir que sejam reconhecidas e atendidas as particularidades de cada aluno com necessidades especiais e será considerado”:

I - Como matérias do atendimento educacional especializado: Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, interpretação de LIBRAS; ensino de Língua Portuguesa para surdos; sistema Braille; orientação e mobilidade; soroban; ajudas técnicas, incluindo informática adaptada; educação física adaptada, entre outras;

II - Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para atendimento aos educandos [...]. (ANANINDEUA, ART. 68, 2023)

Com isso percebe-se que é imprescindível o AEE na educação de educandos com surdez como afirma Alvez et al. (2010):

O AEE para alunos com surdez, na perspectiva inclusiva, estabelece como ponto departida a compreensão e o reconhecimento do potencial e das capacidades dessas pessoas, vislumbrando o seu pleno desenvolvimento e aprendizagem. O atendimento às necessidades educacionais específicas desses alunos é reconhecido e assegurado por dispositivos legais, que determinam o direito a uma educação bilíngue, em todo o processo educativo. (ALVEZ; FERREIRA; DAMÁZIO, 2010, p. 9)

Mesmo com a garantia de direitos por lei a educação de surdos em Ananindeua passa por percalços, pois a pandemia dificultou alguns processos como a oferta de cursos de Libras para os profissionais da educação, além de que o município está com déficit de Tradutor-Intérprete de Língua de Sinais (TILS) sendo que é esse profissional que deve atuar como mediador dos conhecimentos, de acordo com Lacerda (2010):

O TILS é um profissional fundamental para mediar o acesso aos conhecimentos para alunos surdos, conforme prevê o Decreto 5.626. Nesta direção, torna-se fácil compreender a demanda crescente por este profissional, já que muitos surdos ingressam a cada ano nas escolas, além daqueles que estavam fora dela por não terem como avançar em seus estudos e conhecimentos em um projeto educacional monolíngue. Eles se encaminham para o espaço escolar em busca de conhecimento sentindo-se acolhidos pela presença da Libras. (LACERDA, 2010, p. 137)

Assim, nota-se que a pandemia do Covid-19 interrompeu o ensino-aprendizado dos educandos e professores. Com os docentes aconteceu na formação pedagógica na aquisição da língua de sinais para a comunicação com os estudantes surdos e na própria educação desses indivíduos seja na própria língua (L1) ou a língua portuguesa (L2). Durante a conversa não foi comentado como está atualmente a prática pedagógica com os estudantes surdos no AEE.

Sendo assim, como não foi informado sobre o uso da língua de sinais pelos surdos que frequentam as escolas, não é possível tecer análises sobre seu desenvolvimento. Visto que o Bilinguismo é uma proposta que garante aprendizagem como afirma Zanini (2018):

Essa abordagem [Bilinguismo] teve início no Brasil na década de oitenta e se utiliza das duas línguas em sala de aula, mas diferente da comunicação total, pois no Bilinguismo ambas as línguas devem ser colocadas em paralelo e não sobrepostas, respeitando a estrutura e as características específicas de cada uma. Assim, as estruturas de ambas as línguas – no caso do Brasil, o português e a Libras – são respeitadas, e se fazem presentes nos diferentes processos de ensino e aprendizagem de sala de aula. Desse modo, o Bilinguismo compreende a Libras como língua nativa do aluno surdo, e como segunda língua o português em sua modalidade escrita. (ZANINI, 2018, p. 19)

Inquestionavelmente os educadores devem ter conhecimento também da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), para que assim o educando que seja deficiente auditivo ou surdo possa ser inserido nas relações sociais por meio da língua que foi oficializada. A partir disso Santos e Pereira (2019) dizem que:

É interessante ressaltar a importância da Libras na formação pedagógica, pois a mesma diz respeito ao processo de inclusão do aluno surdo no contexto escolar.

Assim, diante de tantos desafios, limitações, conquistas e avanços da comunidade surda, percebe-se a necessidade de envolvimento do professor, ferramenta principal de subsídio aos alunos, onde ambos devem atrelar-se na troca de informações através da comunicação no ambiente escolar. (SANTOS; PEREIRA, 2019, p.140)

Além disso, sabe-se que o estudante com surdez precisa ser incluído dentro do ambiente escolar, pois os ouvintes não sabem se comunicar com os surdos por não saberem a língua de sinais, o que pode acabar gerando a exclusão do público surdo. Certamente, o aluno surdo não aprende sozinho sua própria língua e é preciso que o profissional da educação conheça e faça da língua de sinais como meio de comunicação e de ensino dos surdos em sala de aula. Destaca-se ainda que, na maioria dos casos o surdo não aprende a língua de sinais em casa e a escola torna-se o primeiro ambiente onde esse aprendizado acontecerá. Deste modo, é necessário que a escola seja um ambiente bilíngue, onde a língua de sinais esteja presente e seja usada de maneira efetiva. O processo de ensino e aprendizagem do surdo demanda uma comunicação eficiente por meio da língua de sinais. Além disso, a linguagem escrita precisa ser ensinada tendo como referência o ensino de segunda língua. Nesta ótica, Quadros (2000) fala que:

Aprender sobre a língua é uma consequência natural do processo de alfabetização. Os alunos passam a refletir sobre a língua, uma vez que textos podem expressar melhor ou pior a mesma informação. Ler e escrever são processos complexos que envolvem uma série de tipos de competências e experiências de vida que as crianças trazem. As competências gramatical e comunicativa das crianças são elementos fundamentais para o desenvolvimento de tais processos. Ler e escrever são atividades que decorrem de experiências interativas reais que as crianças experienciam. Proporcionar diferentes e criativas formas de interações sustentarão o processo de aquisição do código escrito em forma de texto. Quando o leitor é capaz de "reconhecer" os níveis de interações comunicativas reais, ele passa a ter habilidades de transpor este conhecimento para a escrita. (QUADROS, 2000, p. 59)

Em suma, vê-se que a proposta educacional bilíngue é a mais eficaz para a educação de surdos e pessoas com deficiência auditiva porque coloca as duas línguas na mesma posição e não sobrepostas garantindo maior ensino-aprendizagem para os indivíduos. Além disso, foi possível perceber que é necessário o ensino de Libras para os demais docentes com o intuito de ministrarem aulas no processo de alfabetização dos alunos surdos, além de auxiliar no aprendizado na comunicação com eles, bem como facilitar o ensino de Libras para os alunos ouvintes para assim se comunicarem com o educando com surdez.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A qualidade de ensino no município de Ananindeua busca dar uma educação de surdos por meio de profissionais capacitados na Língua Brasileira de Sinais que seriam os Tradutores-

Intérpretes, assim como as metodologias aplicadas para esses estudantes do Público-alvo da Educação Especial com árduo trabalho de professores e coordenadores na perspectiva inclusiva. Apesar dos resultados e/ou análise de dados parecerem simples, a coleta foi trabalhosa, pela espera das respostas e alguns objetivos não foram bem sucedidos (como a coleta dos Projetos Políticos Pedagógicos apresentadas na pesquisa, as informações como série ou idade do aluno e etc.) mas, ainda assim, foi coletado com êxito os outros como os dados coletados que apontam 08 alunos com surdez que foram acolhidos no ano de 2021 nas diferentes localidades do município, em escolas que executam a educação bilíngue, o que promove uma inclusão perante a realidade de sua história ao longo do tempo.

Foi perceptível o quanto a pandemia da Covid-19 interrompeu a capacitação dos profissionais da educação no aprendizado da Libras, o que dificulta a educação de surdos no município de Ananindeua. Além de que é preciso projetos do governo municipal dentro das escolas para que os alunos ouvintes aprendam Libras e se comuniquem com os estudantes surdos. Outra coisa relevante são os intérpretes que estão em baixa no município, ou seja, mais um ponto que precisa ser reparado pelos governantes municipais.

A pesquisa também foi importante para o estado do Pará pelo fato do trabalho ampliar a contribuição no acervo de pesquisas sobre surdez, sendo esse um dos primeiros trabalhos a apresentar sobre o mapeamento de escolas no município de Ananindeua com esse público-alvo da educação especial no estado do Pará. Com base nisso, há muita expectativa que os dados dessa pesquisa serão referência para outros estudos no estado paraense, assim como para prover interesse de análise de mapeamento de escolas em outros municípios, o que contribuirá para mais investigações da educação de surdos, promovendo a sistematização e a publicização dos dados do atendimento escolar da comunidade surda, o que servirá de base para novas pesquisas e até mesmo a reorganização das políticas públicas de atendimento desta parcela da população em Ananindeua e no estado do Pará.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, W. G. Introdução à língua brasileira de sinais. Ilhéus, Ba: EAD-UAB/UESC, 2013.

ALVES, R. J. M. et al. Mapeamento do Quadro de Alunos Surdos e Deficientes Auditivos da Rede Pública de Ensino do Estado do Pará. Rev. Ens. Educ. Cienc. Human. Pará, v. 20, n. 4, p. 440-445, 2019.

ALVEZ, C. B.; FERREIRA, J. de P.; DAMÁZIO, M. F.M. A Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar. Abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez. 2010.

ANANINDEUA. Lei nº 3.296, de fevereiro de 2023. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pa/a/anandindeua/lei-ordinaria/2023/330/3296/lei-ordinaria-n-3296-2023-dispoe-sobre-a-alteracao-da-lei-n-2153-05-de-08-de-julho-de-2005-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 6 de junho de 2023

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436 de 2002. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em 10 maio. 2021.

BRASIL. Lei 14.191, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/14191.htm. Acesso em: 7 de agosto de 2022.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10436.htm. Acesso em 10 de maio de 2021.

CAS - Centro de Apoio ao Surdo. **Aprimoramente**. Disponível em: <https://aprimoramente.com/info/cas-centro-de-apoio-ao-surdo/554063>. Acesso em: 06 de julho de 2023.

CEZAR, Kelly Priscilla Lóddo; ALMEIDA, Luiz Gustavo Paulino de. **O Congresso de Milão**. Disponível em: <https://www.libras.com.br/congresso-de-milao>. Acesso em 29 de junho de 2023.

FREITAS, Wesley RS; JABBOUR, Charbel JC. Utilizando estudo de caso (s) como estratégia de pesquisa qualitativa: boas práticas e sugestões. **Revista Estudo & Debate**, v. 18, n. 2, 2011.

INSTITUTO Filippo Smaldone. Disponível em: <https://institutofilipposmaldone.com.br/belem/>. Acesso em: 06 de julho de 2023.

KUBASKI, C.; MORAES V. P. IX Congresso Nacional de Educação–EDUCERE. III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia, 3413-3419, 2009.

LACERDA, C. B. F.de. Tradutores e Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais: formação e atuação nos espaços educacionais inclusivos. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 36, pp. 133-153, mai/ago, 2010.

LOPES, Gérison Kezio Fernandes. Oralismo, comunicação total e bilinguismo: propostas educacionais e o processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita de surdos. In: **COLÓQUIO INTERNACIONAL DE LETRAS**, 1., 8 a 10 de jun.2016, Bacabal (MA). Anais... Bacabal (MA): EDUFMA. 2016. p. 166-180. Tema: Linguagem e diversidade cultural.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. **Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, L. G. N. M. de. Mapeamento das escolas para o público surdo no município de Belém. 2021. 58 f. TCC (Graduação) - Curso de Licenciatura em Pedagogia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

OLIVEIRA, L. G. N. M. de. Mapeamento das escolas para o público surdo no município de Benevides-PA. Relatório Científico FAPESPA, Processo 2021/4. Universidade Federal do Pará, 2022.

QUADROS, R. M. de. **Alfabetização e o ensino da língua de sinais**. 2000. Disponível em: <<http://www.porsinal.pt/index.php?ps=artigos&idt=artc&cat=23&idart=47>>. Acesso em: 13 abr. 2023.

SANTOS, S. M. da. C.; PEREIRA, D. Libras e sua importância na formação de professores na educação de surdos. **Revista Encantar**, v. 1, n. 2, p. 139-158, 13 fev. 2020.

SILVA, L. O.; CUNHA, D. A. Histórias de inclusão: a língua brasileira de sinais na rede municipal de Castanhal, PA. *Revista de Estudos em Educação e Diversidade*, Pará, v. 2, n. 6, p. 1-23, out. /dez. 2021.

ZANINI, J. M. B. V. “Me ensinou diversas coisas sobre ser surdo” – narrativas sobre o fazer docente na educação de surdos. ” Orientadora: Profa. Ma. Juliana Pokorski. 2018. 50 f. TCC (Graduação) - Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/181095>. Acesso em: 14 mai. 2022



ARTIGO CIENTÍFICO Nº 9/2023 - FACEDUCACA (11.32.03)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 07/07/2023 11:47)
CHRISTIANNE THATIANA RAMOS DE SOUZA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
ICED (11.32)
Matrícula: ###496#8

(Assinado digitalmente em 07/07/2023 12:33)
MARIA SARAH SARMENTO PORTO
DISCENTE
Matrícula: 2019#####2

Visualize o documento original em <https://sipac.ufpa.br/documentos/> informando seu número: **9**, ano: **2023**, tipo:
ARTIGO CIENTÍFICO, data de emissão: **07/07/2023** e o código de verificação: **c18f1cbc3e**